

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.024 - RS (2019/0297352-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **NARA BOEIRA BRASIL**
ADVOGADOS : **TIAGO SANGIOGO - RS072814**
 : **PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766**
AGRAVADO : **BANCO RCI BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **MARISSOL JESUS FILLA - PR017245**
 : **RAFAELLA MUNHOZ DA ROCHA LACERDA - PR038511**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por NARA BOEIRA BRASIL contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ADOÇÃO DOS PARADIGMAS DO STJ EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 1039 DO CPC. JUROS REMUNERATÓRIOS. PARADIGMA: RESP nº 1.061.530/RS. O percentual dos juros remuneratórios do contrato compatível com a taxa média do mercado para o período da contratação não contém abusividade a ser corrigida. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 592.377. REPERCUSSÃO GERAL. SÚMULA 539 DO STJ. É permitida a capitalização dos juros em prazo inferior ao anual sempre que prevista no contrato.

CONFIGURAÇÃO DA MORA. PARADIGMA:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.061.530/RS. A manutenção dos encargos contratuais previstos para o período da normalidade contratual aliada à inadimplência do contrato acarreta a configuração da mora. ENCARGOS DE MORA.

PARADIGMA. RECURSO ESPECIAL Nº 1.058.114 - RS. É cabível a cobrança de encargos de mora desde que, contratualmente prevista a sua incidência, não ultrapasse a soma dos juros remuneratórios contratados para o período da normalidade com os juros moratórios de 12% ao ano e multa contratual não superior a 2% do valor da prestação. TAC e TEC. Considerando que o contrato não prevê a cobrança da tarifa de análise de crédito e de emissão de carnê, não há como conhecer do pedido de afastamento destas tarifas. COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Redimensionados os juros remuneratórios para a inadimplência, é permitido o ajuste entre os valores pagos a maior e os valores devidos e, em caso de quitação do contrato, os valores pagos em excesso devem ser acrescidos de correção monetária pelo IGP-M, desde o efetivo pagamento, e juros de mora de 12% ao ano, desde a citação. CONHECERAM PARCIALMENTE DO APELO E, NA PARTE CONHECIDA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente dissídio jurisprudencial. Insurge-se, em suma, contra a capitalização mensal dos juros e contra a caracterização da mora.

Decido.

2. A eg. Segunda Seção, ao julgar o REsp 973.827/RS nos moldes da Lei dos Recursos Repetitivos, decidiu ser permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, data da publicação da MP 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que expressamente pactuada. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. **A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.**

Ademais, vale conferir as seguintes súmulas:

É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada.

(Súmula 539, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015)

A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

(Súmula 541, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015)

No caso, quanto à capitalização mensal dos juros, importa destacar as seguintes ponderações do acórdão recorrido (fls. 336-337):

Ou seja, a contratação do encargo não precisa ser expressa em cláusula redigida, basta que esteja expressa via taxa de juros.

Explico, as partes ajustaram juros mensais de 0,99% ao mês e 19,84% ao ano, a multiplicação de doze taxas de juros mensais equivale a 18,24% ao ano. Logo, os juros anuais contratados em percentual superior ao produto da multiplicação dos juros mensais representam o ajuste da capitalização, nos termos da Sum. 541, do STJ.

Enfim, a capitalização mensal de juros frente a sua legalidade e previsão no contrato, é admitida, razão pela qual nego provimento ao ponto.

3. Embora o simples ajuizamento de ação revisional não implique o afastamento da mora (RESP 607.961/RJ, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado de 09.03.2005), o abuso na exigência dos “encargos da normalidade”, quais sejam os juros remuneratórios e a capitalização de juros, descaracterizam a mora do devedor (ERESP 163.884/RS, Segunda Seção, Rel. Min. Barros Monteiro, Rel. p/ Acórdão Min.

Superior Tribunal de Justiça

Ruy Rosado de Aguiar, julgado em 23.05.2001; Resp n. 1.061.530, Segunda Seção, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 22.10.2008).

Esse posicionamento também foi confirmado no recurso especial repetitivo já mencionado (Resp n. 1.061.530 de 22.10.2008):

CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descarateriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual.

No caso, não se constatou nenhum abuso nos encargos da normalidade, de modo que é inviável acolher a pretensão de descaracterizar a mora.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator